

## Procuradores de Curitiba camuflavam nomes de autoridades

A Procuradoria-Geral da República viu investigação "camuflada" da autodenominada "força-tarefa da lava jato" em Curitiba sobre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, David Alcolumbre (DEM-AP).

Reprodução



O ex-juiz federal Sergio Moro já comparou a sua "lava jato" ao escândalo *Watergate*, mas no caso norte-americano era o ex-presidente Richard Nixon quem grampeava ilegalmente seus desafetos políticos, não o contrário

Reprodução

Quem for investigar as ações desse grupo, poderá se espantar com ousadias como a de pedir quebra de sigilo de altas autoridades da República pelas partes menos conhecidas de seus nomes, mas com o CPF certo do alvo. Talvez pessoas chamadas "Rodrigo Felinto" ou "Davi Samuel".

A informação foi antecipada por este site, mas coube à [reportagem](#) do jornal digital *Poder 360*, tornar público o documento. A manobra estava embutida em uma extensa denúncia de 13 de dezembro de 2019, mas ninguém havia se dado conta do truque. Os nomes completos de ambos: Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia e David Samuel Alcolumbre Tobelem — respectivamente, presidentes da Câmara e do Senado.

O time do procurador-Geral da República, Augusto Aras, vem apurando patranhas praticadas nas gestões passadas, grande parte delas subordinadas às campanhas eleitorais da lista tríplice para escolha do procurador-geral da República. A avaliação é que essa "camuflagem" dos nomes seria uma técnica para os procuradores investigarem autoridades sem se submeter aos foros adequados.

A PGR em Brasília encontrou vários casos semelhantes. Haveria até nomes incompletos de ministros do STF, que podem ter tido seus sigilos quebrados de maneira irregular.

Até agora, não há provas de que de fato os nomes camuflados em denúncias possam ter sido todos investigados. É isso que a PGR em Brasília agora tenta descobrir.



O incômodo do grupo de Curitiba começou com pedido da PGR para ter acesso a dados. A ida da procuradora Lindôra Araújo ao Paraná para cumprir a decisão de Brasília motivou abertura de sindicância a pedido da força-tarefa curitibana.

A denúncia de dezembro do ano passado envolve Walter Faria, do Grupo Petrópolis, por suposta atuação em 642 atos de lavagem de dinheiro. O esquema teria tido participação de outras 22 pessoas e movimentou R\$ 1,1 bilhão.

A PGR já sabe, segundo [apurou](#) a **ConJur**, que o consórcio de Curitiba abriu mais de mil inquéritos nos últimos cinco anos, que não foram encerrados. Além de equipamento de interceptação telefônica, a "força-tarefa" adquiriu três Guardiões, mas dois deles sumiram. Grande parte do acervo de gravações foi apagado no ano passado. Há fortes indícios de distribuição de processos fraudada e outras ilegalidades.

Em [nota](#) apócrifa, os procuradores do Paraná chamaram a reportagem da **ConJur** de "fake news".

**Date Created**

01/07/2020